

Artigo Original

Primeiros socorros na escola: vivências e desafios docentes


First aid at school: teaching experiences and challenges

Primeros auxilios en la escuela: experiencias y desafios docentes


Giovana Neves Bueno

 <https://orcid.org/0009-0006-3680-925X>

Kauany Gessy Anibale


 <https://orcid.org/0009-0002-8649-2431>

Priscila Lete Silva

 <https://orcid.org/0000-0003-1102-3040>

Géssica Tuani Teixeira

gessica.tuani@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4479-1452>

Revista de Pesquisa Cuidado é
Fundamental Online vol. 18 14380 2026

Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro
Brasil

Recepción: 17 Octubre 2025
Aprobación: 26 Noviembre 2025

Resumo: Objetivo: avaliar o conhecimento e as experiências de profissionais da educação frente a situações de emergência no ambiente escolar. **Métodos:** estudo exploratório, descritivo, de campo, transversal e de caráter quantitativo, realizado por meio de questionário sociodemográfico, conhecimento acerca da lei Lucas e relato de experiência em emergências. **Resultados:** a amostra de 50 participantes tinha predominância do sexo feminino (94%) e concentração etária entre 26 e 50 anos (80%). A maior parte dos participantes eram professores (60%) e quase metade (48%) possuía entre 6 e 20 anos de experiência. Apenas um entrevistado afirmou conhecer a Lei de Lucas, indicando baixa familiaridade com essa legislação. Além disso, 24% dos profissionais relataram já ter vivenciado situações emergenciais na escola, como cortes, engasgos e crises convulsivas, reforçando a necessidade de capacitação adequada. **Conclusão:** a presença da lacuna entre legislação e sua implementação prática reforça a necessidade urgente de investimentos em capacitação nas escolas.

Palavras-chave: Conhecimento, Emergências, Saúde da criança, Fragilidade, Segurança.

Abstract: Objective: to evaluate the knowledge and experiences of education professionals regarding emergency situations in the school environment. **Methods:** an exploratory, descriptive, field-based, cross-sectional study with a quantitative approach was conducted using a sociodemographic questionnaire, knowledge about the Lucas Law, and reports of experiences in emergencies. **Results:** the sample consisted of 50 participants, predominantly female (94%), with most aged between 26 and 50 years (80%). Most participants were teachers (60%), and nearly half (48%) had 6 to 20 years of experience. Only one respondent reported knowing the Lucas Law, indicating low familiarity with this legislation. Furthermore, 24% of professionals reported having experienced emergency situations at school, such as cuts, choking, and convulsive crises, highlighting the need for proper training. **Conclusion:** the gap between legislation and its practical implementation underscores the urgent need for investment in training in schools.

Keywords: Knowledge, Emergencies, Child health, Vulnerability, Safety..

Resumen: Objetivo: evaluar el conocimiento y las experiencias de los profesionales de la educación frente a situaciones de emergencia en el entorno

escolar. **Métodos:** estudio exploratorio, descriptivo, de campo, transversal y de carácter cuantitativo, realizado mediante un cuestionario sociodemográfico, conocimiento sobre la Ley Lucas y relato de experiencias en emergencias. **Resultados:** la muestra consistió en 50 participantes, con predominio del sexo femenino (94%) y concentración etaria entre 26 y 50 años (80%). La mayoría de los participantes eran docentes (60%) y casi la mitad (48%) tenía entre 6 y 20 años de experiencia. Solo un encuestado afirmó conocer la Ley Lucas, indicando baja familiaridad con esta legislación. Además, el 24% de los profesionales reportó haber vivido situaciones de emergencia en la escuela, como cortes, atragantamientos y crisis convulsivas, reforzando la necesidad de capacitación adecuada. **Conclusión:** la existencia de la brecha entre la legislación y su implementación práctica resalta la necesidad urgente de invertir en capacitación en las escuelas. Palabras clave: Conocimiento, Emergencias, Salud infantil, Fragilidad, Seguridad.

PREVIEW VERSION

INTRODUÇÃO

As emergências podem ocorrer em qualquer lugar e a qualquer momento, exigindo um atendimento imediato e eficaz para reduzir danos e aumentar as chances de sobrevivência. No entanto, vale destacar que o intervalo de tempo entre o acontecimento e a chegada dos serviços médicos especializados é crucial para minimizar os danos à vítima. Os primeiros socorros são descritos como cuidados imediatos que devem ser dados prontamente à vítima, com o intuito de preservar a vitalidade da vítima e evitar complicações até a chegada dos serviços pré-hospitalares.¹

Considerando as diversas as situações que demandam a aplicação dos primeiros socorros, é essencial distinguir durante a avaliação inicial os principais eventos de diferentes origens orgânicas. Dentre eles, destacam-se a parada cardiorrespiratória (PCR), convulsões, síncope, engasgos, queimaduras e hemorragias.²

Na primeira infância o bom desenvolvimento físico, cognitivo e social pode, por vezes colocar as crianças em risco de acidentes. Por isso a prevenção de lesões não intencionais no ambiente doméstico e escolar requer supervisão e intervenções contínuas para reduzir a exposição das crianças a esses agravos³. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, aproximadamente 830.000 crianças morrem todos os anos de causas evitáveis por acidentes domésticos, com destaque para países de baixa e média renda. No Brasil, segundo o Sistema de Mortalidade (SIM), 3.568 pessoas menores de 14 anos morreram em acidentes em 2019, representando (7,3%) do total de mortes nessa faixa etária.³

Estudo⁴ realizado no pronto-socorro de um hospital sentinela do Sul do Brasil identificou que uma pequena parcela (9,3%) dos cuidados pediátricos agudos e consultas de emergência são devidos a causas externas. Destas, mais da metade (57%) das vítimas têm menos de 12 anos de idade e a maioria é do sexo masculino (67%). Os acidentes foram o evento mais comum (71%) onde as quedas constituem múltiplos mecanismos de trauma com variadas manifestações de saúde nas vítimas, desde lesões leves até a morte. Devido à sua alta incidência, são uma das principais causas de morbimortalidade em todo o mundo, sendo as crianças as mais afetadas neste grupo de risco devido às suas peculiaridades físicas e psicológicas.

Sabendo que o ambiente escolar é extremamente propenso a esses eventos devido ao grande número de crianças presentes, especialmente nas séries iniciais, as diversas atividades que envolvem interações em grupo, práticas esportivas e motoras, observou-se em uma pesquisa⁵ realizada em 19 creches da capital brasileira, que boa

parte dos educadores (62,8%) já presenciaram acidentes dentro de instituições de ensino como quedas, lesões e fraturas.

Outro estudo⁶ com profissionais de educação de 17 nacionalidades distintas, constatou-se que o nível de conhecimento dos professores em primeiros socorros foi considerado baixo e insuficiente, contrapondo os resultados de Irã e Austrália, que apresentaram índices superiores.

No Rio Grande do Sul, pesquisa⁷ conduzida em quatro Escolas Municipais de Educação Infantil, que abordou as capacitações extracurriculares em primeiros socorros, constatou que a maioria dos participantes (68,9%) não as realizaram. Quanto às experiências dos participantes em lidar com situações de primeiros socorros na escola, grande parcela dos indivíduos (71,1%) afirmou ter presenciado tais situações. Neste contexto, o Projeto de Lei Nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, conhecido como Lei de Lucas, é justificado pelas estatísticas de acidentes envolvendo crianças e adolescentes.¹

E, considerando o contato próximo dos professores e demais colaboradores do ambiente escolar e a gravidade de muitos incidentes com crianças em diferentes cenários e realidades, levantou-se o seguinte questionamento: Qual o conhecimento que os profissionais da educação de CMEIS possuem sobre primeiros socorros? E quais as experiências e vivências frente às emergências escolares?

MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, de campo, transversal e de caráter quantitativo, utilizando como instrumento de coleta de dados um formulário sobre atendimento pré-hospitalar aplicado aos profissionais de educação, com objetivo de identificar o conhecimento sobre primeiros socorros em ambiente escolar abordando os profissionais das 3 (três) instituições de ensino existentes do município.

A pesquisa foi realizada no município de Manfrinópolis, no Sudoeste do Paraná, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística possui uma população estimada de 2.770 habitantes, dados do último censo realizado em 2022⁸. Após contato e autorização, com a Secretaria Municipal de Educação, foram agendadas as visitas para coletas de dados, seguindo fluxograma previamente estabelecido.

Foram incluídos à pesquisa os profissionais de educação da rede municipal de educação, maiores de dezoito anos, com no mínimo ensino médio completo, ativos profissionalmente e presentes nos ambientes escolares e que realizarem a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), totalizando inicialmente 50 participantes, onde destes e ao final, 11 que relataram experiências de emergências no ambiente escolar.

Para instrumento de coleta de dados, fora utilizado um formulário elaborado pelas autoras para avaliar dados sociodemográficos (sexo, idade, profissão, tempo de atuação), e autoavaliação sobre o conhecimento dos profissionais sobre Primeiros Socorros no ambiente escolar, com opções entre ruim, razoável, bom e excelente. Quanto as questões abertas em relação ao relato de experiência, questionou-se: 1ª Questão: Você conhece a Lei de Lucas - Lei 13.722/2018? Se sim, descreva a sua importância. 2ª Questão: Você já presenciou algum momento de urgência e emergência na escola? Se sim, descreva como foi essa ocorrência. 3ª Questão: Qual foi sua conduta frente a episódios que necessitaram conhecimentos de primeiros socorros?

Durante as entrevistas, utilizou-se questionário para transcrição das respostas e, posteriormente os participantes da pesquisa foram identificados de acordo com a resposta dos números (P2; P7; P13; P16; P19; P23; P30; P31; P34; P27 e P41). As informações obtidas foram tratadas de forma estritamente confidencial e protegidas, atendendo os preceitos éticos e legais.

Após o reconhecimento dos dados, aplicou-se análise conforme ferramenta⁹ de modo qualitativo, com a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos com a interpretação e, posteriormente, apresentadas em duas categorias: Conhecimento sobre a Lei de Lucas, e, Vivências emergenciais e condutas pedagógicas.

Os participantes foram identificados pelo sistema alfanumérico, utilizando a letra P seguido de números de acordo com a ordem de entrevistas, de 1 a 11, garantindo o anonimato dos indivíduos.

O referido estudo foi submetido previamente à avaliação do Comitê de Ética, sobre aprovação do parecer 7.448.920 e CAAE 86818625.4.0000.0109. Foram respeitados os aspectos éticos e legais dos participantes do estudo, mantendo-se o sigilo sobre as informações que foram fundamentais e corroboraram com a pesquisa, seguindo as recomendações da Resolução 466/2012.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 50 profissionais atuantes no ambiente escolar, a qual mostrou majoritariamente a presença de mulheres (94%). Quanto à idade, observou-se que 40 (80%) do público participante encontrava-se na faixa etária de 26 a 50 anos e que 30 (60%) eram professores, seguido por oito trabalhadores de serviços gerais (16%) quatro merendeiras (8%). Sobre o tempo de atuação em escolas, observou-se que 24 participantes (48%) possuíam experiência entre 6 e 20 anos.

Já no que se refere a autoavaliação do conhecimento dos profissionais de educação sobre primeiros socorros, verificou-se que sete (14%) autodeclararam conhecimento ruim, seguido por 37

(74%) razoáveis e seis (12%) categorizados como bom e nenhum autodeclarou ter conhecimento excelente sobre a temática.

Quando questionados sobre já terem experienciado emergências e necessidade de primeiros socorros no ambiente escolar, 11 profissionais responderam positivamente (22%) e relataram suas vivências, apresentados nas categorias a seguir, nomeadas de: Conhecimento sobre a Lei de Lucas, Vivências emergenciais e Conduta pedagógica:

Conhecimento sobre a Lei de Lucas:

Entre os 50 educadores entrevistados, identificou-se que apenas um (2%) respondeu conhecer a Lei de Lucas:

“Sim, conheço. Ela garante à criança o direito de ser atendida adequadamente em caso de emergência – P2”.

Os outros 49 participantes (98%) responderam apenas que não conhecem a Lei de Lucas, no entanto, notou-se a fala de um participante, que apesar de não ter experienciado nenhuma emergência em ambiente escolar, relata sobre a importância de ter conhecimento sobre primeiros socorros, como observa-se abaixo:

“Nunca presenciei nenhuma situação de emergência e nem sei o que faria, penso que precisaríamos de capacitação/treinamento. Também não conheço a Lei de Lucas – P7”.

Vivências emergenciais e conduta pedagógica:

Neste quesito, observou-se que entre os 50 participantes, 11 relataram diferentes experiências de emergência na escola, oscilando entre situações como hipotensão até crises convulsivas, ataques de pânico, fraturas, engasgos, cortes e afogamento, conforme descrito a seguir:

“Já presenciei situações de cortes e sangramentos e foi muito assustador e desesperador. Minha conduta foi imobilizar o membro e chamar os profissionais de saúde, estancar a lesão com gaze até parar e encaminhar ao atendimento médico – P2”.

“Presenciei fraturas e sangramentos nasais. Fiz pressão com papel para estancar o sangramento e encaminhei ao atendimento médico. Acalmei a criança e encaminhei ao atendimento médico. Lavei o nariz e virei a cabeça para trás – P13”.

“Presenciei uma situação de engasgo. Retirei a criança do local, em seguida virada de costas para mim deferi “tapinhas” com a palma da mão nas costas da criança até cuspir o alimento – P30”.

“Presenciei uma situação de engasgo. O guarda tinha curso de Primeiros Socorros e socorreu a criança. Tentei acalmar as demais – P31”.

“Uma criança teve uma crise de pressão baixa. Pedi ajuda e coloquei a criança deitada com as pernas erguidas – P34”.

Os profissionais relatam quem além dos sinais e sintomas físicos que muitas vezes exigem intervenção, existem casos de mudanças no comportamento das crianças, devido alterações mentais e emocionais,

o qual também necessitam respostas imediatas dos responsáveis da unidade escolar, como descrito abaixo:

“Sim, já presenciei ingestão de solução duvidosa, crises convulsivas e crises de pânico. Minha conduta sempre foi encaminhar para atendimento médico – P27”.

“Em uma aula, uma adolescente paralisou em sala. Minha reação foi retirá-la de sala de aula e mais rápido possível e encaminhar ao hospital 24h – P41”.

DISCUSSÃO

Neste estudo, o sexo feminino é a parcela majoritária, representado por 47 participantes (94%). Essa predominância é comum no contexto educacional brasileiro, especialmente na educação infantil, em razão de fatores culturais que historicamente associam as mulheres ao papel do cuidado. Resultado semelhante foi identificado em uma pesquisa⁹ realizada no interior do Rio Grande do Sul, que também registrou a mesma proporção de participantes do sexo feminino.

A faixa etária prevalente situou-se entre 26 e 50 anos, correspondendo a 40 casos (80%), par e passo a pesquisa¹⁰ realizada no Sul do Brasil, na qual a idade dos participantes variou entre 23 e 58 anos, com média de 40,5 anos.

A maioria da amostra era composta por professores (60%), que passam a maior parte do tempo com os alunos nas escolas, tornando-se os primeiros a lidar com situações de emergência¹. No entanto, muitos desses profissionais relatam não ter recebido capacitação adequada sobre primeiros socorros durante a graduação, o que evidencia a necessidade de incluir essa temática na formação e nas políticas de educação continuada dos educadores.

Cerca de metade dos participantes deste estudo possuía um nível de vivência considerado intermediário na área educacional, entre 6 e 20 anos de experiência. Esse dado é semelhante ao encontrado em uma pesquisa⁵ nacional, que apontou uma média de 7,8 anos de atuação com crianças evidenciando que grande parte dos profissionais tem uma experiência significativa, mas que apesar disso, muitos ainda demonstram incertezas sobre a prática de primeiros socorros.

Os dados mostram que os professores se sentem inseguros para atuar em emergências, mesmo aqueles com alguma formação, considerando que a falta de treinamento contínuo compromete a prática¹¹. Tal fato é confirmado pela autoavaliação no presente estudo, em que a maioria considera seu conhecimento razoável (74%) e nenhum se autoavalia como excelente. Assim, é essencial promover capacitações regulares para garantir que os educadores estejam preparados para agir corretamente em situações de primeiros socorros.

Em relação às ocorrências de acidentes no ambiente escolar, 11 (22%) dos participantes relataram já terem presenciado algum tipo de acidente envolvendo crianças. Esse percentual é significativamente inferior ao encontrado em um estudo⁵ realizado em uma cidade de aproximadamente 95.000 habitantes no estado de Sergipe, no qual 85,3% dos profissionais afirmaram ter vivenciado situações semelhantes. Essa discrepância pode refletir diferenças regionais e em relação ao tamanho do município.

A Lei Federal nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, surgiu após a morte de uma criança por engasgo durante um passeio escolar, situação em que os profissionais presentes não sabiam como proceder. A legislação tornou obrigatória a capacitação em primeiros socorros para colaboradores da educação básica e infantil, destacando a vulnerabilidade das escolas na prevenção e intervenção em emergências.¹²

Entre os participantes do presente estudo apenas um (2%) afirmou ter conhecimento em relação a Lei Lucas. Contrapondo com um estudo⁸ realizado, onde 35 participantes (83,5%) afirmaram conhecer. O contraste entre os percentuais de conhecimento, evidencia falhas na implementação das políticas públicas. A baixa adesão à legislação, como demonstrado na atual pesquisa, compromete a eficácia da proposta de capacitação em primeiros socorros, que visa proteger os alunos em emergências.

O depoimento da participante (P7) relatando não saber o que faria em ocorrências emergenciais e o pedido de capacitação, revela a insegurança pela falta de preparo. O medo de agir de forma inadequada é comum, e a capacitação em primeiros socorros contribui para aumentar a autonomia, tanto no conhecimento quanto na prática. Em estudo¹³ realizado em Mato Grosso do Sul, observou-se melhora significativa no desempenho dos participantes após intervenções educativas.

No caso de sangramentos, é fundamental que as intervenções ocorram de forma imediata. A conduta inicial consiste em aplicar compressão direta com curativo limpo e, se encharcado, adicionar outro por cima sem remover o anterior, que serve como barreira hemostática. Um dos relatos (P2), mencionou o uso de gaze como material para compressão, com encaminhamento posterior para avaliação e atendimento médico especializado. Apesar da conduta adequada, o episódio foi marcado por nervosismo, evidenciando a importância do preparo emocional para lidar com situações emergenciais.¹⁴

No que se refere à ocorrência de episódios de epistaxe, uma investigação realizada em uma instituição de ensino no município de São Fidélis, no estado do Rio de Janeiro, evidenciou que esse tipo de situação não é amplamente reconhecida pelos entrevistados. Tal achado coincide com os resultados do presente estudo, no qual uma

participante (P13), relatou: “*Lavei o nariz e virei a cabeça para trás*”. Contudo, recomenda-se que, em casos de sangramento nasal, o indivíduo seja colocado na posição sentada, com a cabeça levemente inclinada para frente, a fim de evitar episódios de broncoaspiração.¹⁵ Ademais, deve-se realizar a compressão suave das narinas, na porção cartilaginosa, medida simples e eficaz para o controle inicial da hemorragia.

Segundo o Ministério da Saúde (2022)¹⁶, a grande maioria (94%) dos casos de asfixia por engasgo ocorrem em crianças menores de sete anos, configurando-se como a terceira principal causa de mortalidade infantil. A manobra de Heimlich constitui a intervenção de primeiros socorros indicada para desobstrução das vias aéreas em todas as faixas etárias, essa técnica consiste na aplicação de compressões sobre o diafragma, promovendo a expulsão do ar dos pulmões e a liberação das vias aéreas.¹⁷

Os resultados do presente estudo evidenciam baixo conhecimento sobre a realização correta dessa manobra. Dessa forma, ações de educação em saúde, conduzidas por profissionais capacitados, como enfermeiros, no ambiente escolar, favorecem a aplicação precoce e adequada de medidas de primeiros socorros, reduzindo complicações, prevenindo possíveis sequelas e contribuindo para a segurança escolar.¹⁸

No relato (P34), observa-se um manejo adequado diante de um episódio de hipotensão, ao posicionar a criança deitada com os membros inferiores elevados. Essa conduta favorece o retorno venoso e melhora a perfusão cerebral, ajudando a prevenir a evolução para uma síncope e, conseqüentemente, evitando complicações como quedas. Além disso, recomenda-se o uso das manobras de contração muscular, que consistem na contração de músculos dos braços, pernas ou abdômen, com o objetivo de aumentar a resistência vascular periférica e conseqüentemente elevar a pressão arterial.¹⁹

A escola se configura como um espaço fundamental para a promoção da saúde física e mental dos estudantes, além da percepção aliada à compreensão de suas responsabilidades, funções e possibilidades de atuação, constituindo-se ainda como elemento central no papel de identificação, recuperação, prevenção e promoção do bem-estar bio-psico-socio-cultural dos educandos.²⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS O desconhecimento da Lei Lucas entre os participantes evidencia uma divergência preocupante entre as políticas públicas e a realidade vivenciada nas escolas. A efetivação da legislação tem diversos obstáculos, como a ausência de fiscalização, a carência de infraestrutura adequada e a insuficiência de investimentos voltados à formação dos profissionais da educação. Isso compromete seriamente os objetivos da norma, que visa garantir a segurança das

crianças por meio da capacitação dos colaboradores em primeiros socorros.

A percepção de despreparo nos relatos, somada aos pedidos de capacitação por parte do corpo docente, revela a insegurança diante de situações emergenciais. O medo de agir incorretamente muitas vezes paralisa os profissionais, resultando na perda de tempo crucial para a tomada de decisões rápidas e eficazes.

Sendo assim, a inserção de profissionais de saúde no ambiente escolar configura-se como uma estratégia relevante. Por meio de ações de educação em saúde, podendo garantir a capacitação técnica e promoção do equilíbrio emocional dos educadores, além da proteção e bem-estar das crianças no meio escolar.

PREVIEW VERSION

REFERÊNCIAS

1. Faleiros IB, Moreira ACMG, Gastaldi AB, Ribeiro BGA, Martins EAP. First aid training for teachers and employees. *Rev Pesqui (Univ Fed Estado Rio J Online)*. [Internet]. 2021 [acesso em 3 de março 2025]. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/9649>.
2. Santana JLB, Dórea BSC, Moraes RLP, Santana TS. Qualification of teachers and employees of public schools in first aid: experience report. *Temas Educ Saúde*. [Internet]. 2022 [acesso em 21 de março 2025];18(00). Disponível em: <https://doi.org/10.26673/tes.v18i00.17041>.
3. Santos RR, Machado MED, Gomes ALM, Aguiar RCB, Christoffel MM. Prevention of domestic accidents in childhood: knowledge of caregivers at a health care facility. *Rev Bras Enferm*. [Internet]. 2021 [acesso em 22 de fevereiro 2025];75(2). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0006>.
4. Gross V, Algayer LP, Souza NS, Jantsch LB. Factors associated with the care of children and adolescents for external causes in emergency service. *Texto Contexto Enferm*. [Internet]. 2021 [acesso em 2 de março 2025];30. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0337>.
5. Cunha MWN, Santos MS, Albuquerque DDTM, Farre AGMC, Santana ITS. Knowledge of nursery workers about first aid measures with children before and after active training. *Cienc Cuid Saúde*. [Internet]. 2021 [acesso em 11 de março 2025];20. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v20i0.54591>.
6. Moraes DX, Montebello JO, Darc CS, Lima VCN, Oliveira ALF, Rocha IVD, et al. Professores da educação básica estão aptos a prestar primeiros socorros?. *Rev Enferm Atual In Derme*. [Internet]. 2021 [acesso em 15 de maio 2025];95(36). Disponível em: <https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/nxfe7>.
7. Ilha AG, Cogo SB, Ramos TK, Andolhe R, Badke MR, Colussi G. Educational actions on first aid for early childhood education teachers: a quasi-experimental study. *Rev Esc Enferm USP*. [Internet]. 2021 [acesso em 15 de maio 2025];55. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220x-reeusp-2021-0025>.
8. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades: Manfrinópolis (PR). [Internet]. [acesso em 24 julho 2025]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/manfrinopolis.html>.

9. Müller FE, Müller ME, Schilling AZ, Silva RM. Primeiros socorros em escolas de ensino fundamental: vivências de professores. *Sustinere*. [Internet]. 2023 [acesso em 10 de junho 2025];11(2). Disponível em: <https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.58503>.
10. Hadge RB, Barbosa VBA, Barbosa PMK, Chagas EFB. Knowledge of elementary school teachers about first aid. *Texto Contexto Enferm*. [Internet]. 2023 [acesso em 23 de maio 2025];32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2023-0029pt>.
11. Santos LM, Barragán TO, Raupp WA, Pardo RAG. Primeiros socorros na escola: estudo piloto em uma escola mineira. *Rev FT*. [Internet]. 2024 [acesso em 1 de junho 2025];28. Disponível em: <https://doi.org/10.69849/revistaft/cs10202408301547>.
12. Torres BA, Paz SR. A Lei Lucas: importância no cenário da educação no Brasil. *Cadernos Pedagógicos*. [Internet]. 2025 [acesso em 13 de julho 2025];1(1). Disponível em: <https://doi.org/10.28998/cdp.v1i1.19109>.
13. Cruz KB, Cesário ES, Gomes JL, Cunha PHB, Galvão RG, Couto SB, et al. Educational intervention in first aid for early childhood education professionals: a quasi-experimental study. *Rev Gaúcha Enferm*. [Internet]. 2024 [acesso em 17 de maio 2025];45. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2024.e20240040.pt>.
14. Santos PL, Santos APA, Barros RKP, Senedese MSV, Felício FC, Batista LNS, et al. Hemorragia traumática: controle e manejo de urgência. *Braz J Implantol Health Sci*. [Internet]. 2024 [acesso em 8 de junho 2025];6(8). Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n8p2547-2561>.
15. Silva BR, Lima FRP, Elias EA, Cardoso FB. Knowledge and approach to first aid in the school environment. *Res Soc Dev*. [Internet]. 2023 [acesso em 1 de agosto 2025];12(1). Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v12i1.39609>.
16. Brasil. Ministério da Saúde. Mais de 94% dos casos de asfixia por engasgo ocorrem em crianças menores de sete anos. [Internet]. 2022 [acesso em 26 de abril 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/mais-de-94-dos-casos-de-asfixia-por-engasgo-ocorrem-em-criancas-menores-de-sete-anos>.
17. Souza AF, Santos ALM, Lima SJS. O papel do enfermeiro na capacitação dos pais para situações de engasgo. *Braz J Implantol Health Sci*. [Internet]. 2024 [acesso em 17 de agosto 2025];6(10). Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n10p4141-4156>.
18. Jonge AL, Santos HM, Martins AS, Santos AST. Conhecimento de profissionais de educação infantil sobre obstrução de vias aéreas por corpo estranho. *Enferm Foco*. [Internet]. 2020 [acesso em 28 de

junho 2025];11(6). Disponível em: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2020.v11.n6.3425>.

19. Charlton NP, Pellegrino JL, Kule A, Slater TM, Epstein JL, Flores GE, et al. 2019 AHA and Red Cross focused update for first aid: presyncope. *Circulation*. [Internet]. 2019 [acesso em 26 de agosto 2025];140(24). Disponível em: <https://doi.org/10.1161/CIR.0000000000000730>.
20. Svensson Å, Warne M. Staff perspectives on poor mental health in secondary school students. *Front Public Health*. [Internet]. 2024 [acesso em 2 de setembro 2025];12. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2024.1292520>.

Notas de autor

gessica.tuani@gmail.com

Información adicional

redalyc-journal-id: 5057

PREVIEW VERSION



Disponible en:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505783104064>

Cómo citar el artículo

Número completo

Más información del artículo

Página de la revista en redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de revistas científicas de Acceso Abierto diamante
Infraestructura abierta no comercial propiedad de la
academia

Giovana Neves Bueno, Kauany Gessy Anibale,
Priscila Lete Silva, Géssica Tuani Teixeira

Primeiros socorros na escola: vivências e desafios docentes

First aid at school: teaching experiences and challenges

Primeros auxilios en la escuela: experiencias y desafíos docentes

Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online
vol. 18, 14380, 2026

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
rpcfo@unirio.br

ISSN-E: 2175-5361

DOI: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v18.14380>



CC BY-NC-SA 4.0 LEGAL CODE

**Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-
CompartirIgual 4.0 Internacional.**